

Revista do Programa de Pós Graduação em Direito da Universidade Federal da Bahia

1. Linha editorial e regras de submissão

1. A Revista do programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal da Bahia (RPPGD/UFBA) está indexada no Portal de Periódicos da Universidade Federal da Bahia.
2. Direitos Fundamentais e Justiça (*Fundamental Rights & Justice*) e Jurisdição Constitucional e Novos Direitos (*Constitutional Court & New Rights*) são as linhas editoriais da Revista, e qualquer trabalho encaminhado para publicação deverá ser inédito no Brasil.
3. O artigo poderá ser escrito em inglês, português ou espanhol, e para submetê-lo o autor deve inicialmente se cadastrar no site da RPPGD/UFBA: <https://portalseer.ufba.br/index.php/rppgd>
4. O artigo deverá ser precedido por uma página inicial onde conste o título do trabalho, nome de até 2 autores, qualificação (maior titulação acadêmica, instituição de ensino superior (IES) a qual está vinculado, principal atividade exercida na IES, e-mail e fonte de financiamento da pesquisa, quando houver.
5. O artigo deverá ter de 15 a 30 laudas no formato *word* (limite que poderá ser superado apenas em casos excepcionais), A4, posição vertical, fonte: *Times New Roman*, corpo 12, justificado, parágrafo com espaçamento de 1,5, resumo com espaçamento simples, parágrafo 1,5 cm, margem superior e esquerda – 3cm, inferior e direita - 2cm; resumo de 150 a 250 palavras; 3 a 5 palavras-chave, *abstract*, *keywords*, sumário, introdução, conclusão, notas de rodapé e referências. As citações devem obedecer a ABNT (NBR 10520/2002) e as referências numéricas devem obedecer a NBR 6023/2000
6. O artigo deverá ser submetido à apreciação de Comitê de Ética em Pesquisa Humana sempre que houver pesquisa direta ou indireta com seres humanos - nos termos da resolução CNS 466/12 - inclusive os projetos com dados secundários, pesquisas sociológicas, antropológicas e epidemiológicas.
7. A avaliação se terá duas etapas: inicialmente será avaliado pelos Editores a adequação do artigo às linhas editoriais da Revista. Em seguida, o artigo será submetido à dupla avaliação cega por pareceristas *ad hoc* que desconheçam os autores, ao mesmo tempo em que os autores desconheçam os pareceristas. Em caso de empate, o artigo será submetido a um terceiro avaliador.
8. Os trabalhos serão selecionados pelos Editores da Revista. Aqueles que não se ativerem a essas regras de submissão serão sumariamente rejeitados, podendo ser novamente submetidos com as modificações necessárias.
9. Uma vez publicado, o artigo será considerado licenciado para os Editores da Revista, podendo tão somente ser publicado em outros lugares após autorização prévia e expressa, citada a publicação original como fonte. É permitida a citação parcial dos artigos publicados, sem autorização prévia, desde que identificada a fonte.
10. Endereço para contato: Faculdade de Direito da UFBA. Rua da Paz, s/n, Bairro da Graça. CEP 40150-140. Salvador–Bahia. Telefone 71.32839053.

2. TEMPLATE

Título do artigo - negrito, maiúsculas usando a fonte *times new roman* tamanho 16 (português)
título do artigo - negrito usando a fonte *times new roman* tamanho 14 (inglês)

Nome do autor

Minicurrículo incluindo a formação e titulação, atividades profissionais e vinculação com instituições de ensino superior, e-mail de contato, link do currículo Lattes e instituição financiadora da pesquisa, se houver.

Resumo

O resumo do artigo deve possuir de 150 a 250 palavras. Formatação: Letra Fonte Times New Roman tamanho 9, espaçamento simples, parágrafo 1,5 cm, margem superior e esquerda – 3cm, inferior e direita - 2cm. Deve incluir frases curtas e breves que descrevam o objetivo do artigo, problema investigado. Também deve apontar a metodologia empregada. Discussão teórica. Principais conclusões. Tempo verbal no presente.

Palavras-chave: informar de 3 a 5 palavras-chave separadas por ponto e vírgula, em ordem alfabética.

Abstract -Tradução do resumo para o inglês

Keywords: Tradução das palavras-chave para o inglês

Sumário - O sumário deve estar no seguinte formato:

Sumário: 1 - Introdução. 2 - O novo arranjo jurídico-constitucional das funções estatais, a judicialização da política e a politização da Justiça. 3 - Considerações finais. 4 – Referências

Introdução

A introdução do artigo deve conter elementos essenciais a uma plena compreensão do texto. Deverá apresentar aqui uma breve contextualização do assunto a ser abordado, apontando de forma clara os objetivos do artigo, bem como, a metodologia empregada.

Os títulos principais das divisões do artigo deverão ser grifados em letras minúsculas, fonte *Times New Roman* tamanho 14 e sem sub-seções.

Edição do texto

Os artigos deverão ser redigidos em português, inglês ou espanhol. Deverá possuir entre 15 e 30 laudas escrito com espaçamento de 1,5, justificado, fonte Times New Roman, tamanho 12; com margens de 3 cm (esquerda e superior) e 2 cm (direita e inferior) e com páginas devidamente numeradas.

Na primeira página, deverá constar o título do artigo tamanho 16, negrito, com o nome dos autores e das instituições envolvidas, mini-currículo do(s) autor(es), e-mail de contato e link do currículo lattes. Em seguida devem vir: resumo, palavras-chave (de 3 a 5 palavras).

O limite de páginas dos artigos, incluindo figuras, tabelas e referências bibliográficas, é de 6 páginas no mínimo e o máximo é 12 páginas.

Todas as citações devem obedecer a ABNT (NBR 10520/2002)

A nota de referência deverá ser redigida em letra Times New Roman tamanho 10, espaçamento justificado, ao final do texto.

Os textos deverão apresentar uma linguagem precisa, clara e sucinta.

Conclusão

A conclusão deverá permitir ao leitor compreender se os objetivos apontados na introdução foram atendidos. Deverá ser elaborada de forma consistente, sem citações, pois é um espaço dedicado para as considerações finais do autor visando apresentar elementos suficientes quanto ao atendimento dos propósitos esperados com a redação do artigo/pesquisa.

Referências

As Referências devem obedecer a ABNT (NBR 6023). Somente podem estar aqui as obras que foram efetivamente citadas durante o texto.

Formatação:Ordem alfabética;

Alinhamento à esquerda;

Espaçamento simples;

Não usar travessão para indicar obras de mesma autoria;

Deixar espaço de uma linha em branco entre cada obra.

3.Elaboração das referências:

Materiais retirados da internet: todos os materiais retirados da internet devem estar com os links ativados, ou seja, devem estar prontos para serem clicados e levados diretamente para o local onde o documento se encontra.

Quando a fonte for de internet é preciso indicar o endereço completo e a data de acesso.

Observar a pontuação correta, destacada no exemplo abaixo:

Disponível em: < <http://www.nomedosite.com.br/completo/23837u803439.htm> > Acesso em: 15 set. 2010.

Por mais estranho que o endereço seja, deve-se copiá-lo INTEGRALMENTE.

Conferir se o endereço continua válido e alterar a data e ano do acesso.

Observar as informações mínimas que são exigidas pela ABNT e a sequência delas.

Artigos em revistas: Grifar apenas o nome da Revista. Se for revista online informar o endereço completo do link e a data de acesso. Se o artigo tiver DOI é altamente recomendável a sua inclusão.

BAHIA, Saulo José casali. Values, Multiculturalism and Social Power. **Revista do Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal da Bahia**, Salvador, BA, v. 26, n. 28, p. 391-412, JAN-DEZ. 2016. ISSN 2358-4777. Disponível em: <https://portalseer.ufba.br/index.php/rppgd/article/view/18285/12780>. Acesso em: 15 Nov. 2017. DOI: <http://dx.doi.org/10.9771/rbda.v12i03.24376>

Livro:

GOMES, Orlando. **Introdução ao direito civil**. Rio de Janeiro: Forense, 1983.

Capítulo de livro: Segundo a ABNT, nesse caso deve-se grifar em **NEGRITO** o nome da obra do principal e não o nome do título do capítulo.

GORDILHO, Heron. Experimentação animal e hermenêutica constitucional. **Meio Ambiente, Direito e Biotecnologia**: Estudos em homenagem ao Prof. Dr. Paulo Affonso Leme Machado. Maria Auxiliadora Minahim, Tiago Batista Freitas e Thiago Pires Oliveira (cords). Curitiba: Juruá. 2010, ps.518-564.

Leis:

BRASIL. Lei nº 6.938 de 31 de agosto de 1981. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. In: **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 02 set. 1981. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L6938.htm >. Acesso em: 05 jun. 2017.

Jurisprudência:

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. **Acórdão de decisão que negou provimento ao pedido de dano moral ambiental**. Recurso Especial nº 598.281. Ministério Público do Estado de Minas Gerais e Município de Uberlândia. Relator: Ministro Luiz Fux. 02 de maio de 2006. Disponível em: < <http://www.mp.rs.gov.br/areas/ambiente/arquivos/jurcivdmc.pdf> >. Acesso em: 15 maio 2017.

4.Os artigos publicados devem ser originais.

5.Os artigos remetidos fora deste modelo serão recusados.